

Folha nacional**Empresário vai ao BADEB**

Somente no mês de maio, o Badeb obteve um montante de NCz\$ 25 milhões, 887 mil em solicitações de empréstimos, dos quais mais da metade já foi liberada às empresas. O restante deverá ser repassado ainda este mês, informou o presidente do banco, Celso Sabóia. Praticamente todos os segmentos da atividade produtiva vêm sendo contemplado com os recursos do banco.

Fundo de Desenvolvimento

O governador Alvaro Dias, assinou nesta segunda-feira, dia 12, decreto que regulamenta o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, instituído pela Lei 8917, de 15 de novembro do ano passado. O fundo objetiva financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, através das municipalidades paranaenses e de agentes da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Queima de soja

A regional do Norte do Paraná da frente ampla da agricultura, realizou na última quarta-feira em Rolândia (334 quilômetros ao norte de Curitiba), a queima de um carregamento de soja, em protesto contra a política cambial do Governo Federal. A manifestação contou com o apoio de quatro cooperativas da região de Londrina, que paralisaram a comercialização desde a última segunda-feira.

Arrumando a casa

Nos últimos anos, em Curitiba, um problema que já era grave tornou-se desesperador para milhares de famílias de baixa renda: a falta de moradias. Por isso, a Prefeitura está lançando o Projeto Arrumando a Casa, Uma parceria com a iniciativa privada no caminho da solução definitiva para a falta de habitações populares. Uma vez que praticamente não existem recursos federais de financiamento, o projeto criou o Loteamento Popular. Uma idéia simples, como toda boa idéia, mas que vai descomplicar a vida de quem espera há anos nas filas da Cohab e também combate as invasões de grandes áreas. Simplesmente, estimulando seus proprietários a transformá-la em loteamentos que a Prefeitura se propõe a legalizar no ato, sem qualquer burocracia, desde que uma parte seja incorporada ao programa. Os loteamentos, segundo o prefeito Jaime Lerner, serão imediatamente dotados de infra-estrutura básica (arranhaças, valetas pluviais, energia elétrica e rede de água) a fim de que, no menor tempo possível, possam ser assentadas as milhares de famílias que hoje esperam na fila da casa própria.

V.Z. VIDRAÇARIA ZORECK

*O maior estoque de vidros
todos os tipos — espelhos
box para banheiro*

*Entrega imediata
Cobrimos qualquer oferta - confira*

A potência em vidros

Rua João Pessoa 1814 Fones: 292-2821 e 292-2664
Sebastião Antonio Zoreck

Editais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO NO 105/89

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

nomes: LUIZ CARMO DA CRUZ, Presidente; JOSE LUIZ AVILAES, Secretário de Administração; ARTHURINO BENEDITO SANTOS, membro do Conselho Administrativo da Empresa Municipal de Urbanização de Campo Largo - EMULCA - e CONSELHO TECNICO, Presidente da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 9 de junho de 1989.

DR. AFONSO PORTUGAL GUIMARÃES
PREFEITO MUNICIPAL

A pedido**Recuperação do Clube União****CLUBE UNIÃO CAMPOLARGUENSE**

Ltda., também aderiu aos associados que quitaram seus cartões de pagamento.

Total arrecadado com contribuições e pagamento de mensalidades antecipadas DESPESAS

Mão de obra referente do telhado	NCz\$ 2.650,00
Mão de obra feita	NCz\$ 757,48
Mão de obra de pintura interior	NCz\$ 350,00
Material de Pintura	NCz\$ 491,35
Mão de obra parte elétrica	NCz\$ 160,00
Material elétrico	NCz\$ 164,52
Ferramentas	NCz\$ 152,00
Total de Despesas	NCz\$ 4.675,35

Pedimos a compreensão da comunidade, já que os gastos com a reforma, comprometeram a estabilidade financeira do Clube, visto que o dinheiro utilizado, é proveniente de mensalidades antecipadas, que seriam utilizadas na manutenção e realizações de eventos na Sede Social do Clube.

Em breve reinício de atividades.

A DIRETORIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO
CONCURSO

RESOLUÇÃO NO 104/89

INTERESSADO: ADILSON SATURNINO DE SOUSA

Processo nº: 2550/89

Relator: LUIZ FERNANDO BOATO

Os membros do CONCURSO reunidos em data de 07 de junho de 1989, por unanimidade, RESOLVEM:

I - Deferir o pedido, com base na Lei nº 554*, de 11 de agosto de 1982, Artigo 14, parágrafo único.

II - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Largo, 07 de junho de 1989.

LUIZ FERNANDO BOATO

Presidente

Dr. Afonso Portugal Guimarães

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO
CONCURSO

RESOLUÇÃO NO 105/89

INTERESSADO: ALFREDO MIGUEL FILHO

Processo nº: 2550/89

Relator: ALBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA

Os membros do CONCURSO reunidos em data de 07 de junho de 1989, por unanimidade, RESOLVEM:

Art. 1º. Fica nomeada, a servidora, a servidora ELEONOR VIEIRA SOARES, ocupante do cargo de Chefe de Divisão, Série C-1, percedendo a verba de representação R\$ 10,00.

Art. 2º. Fica nomeada a servidora referida no artigo anterior para ocupar o cargo de promotor em comando de Setor de Gestão, Irmãos Gomes, Série C-1, percedendo a verba de representação R\$ 10,00.

Art. 3º. Esta Resolução, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor à data de sua publicação.

Campo Largo, 07 de junho de 1989.

ALBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA

Presidente

Dr. Afonso Portugal Guimarães

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO
CONCURSO

RESOLUÇÃO NO 106/89

INTERESSADO: LUIZ ANTONIO TERRINI

Processo nº: 2550/89

Relator: LUIZ ANTONIO CHAGAS

Os membros do CONCURSO reunidos em data de 07 de junho de 1989, por unanimidade, RESOLVEM:

I - Deferir o pedido, liberando o Alvará de Funcionamento, com base na Lei nº 443 de 14/05/76 e Decreto nº 24/79 de Decreto de 06 de maio de 1982, no trato de comércio de bens.

II - O interessado deverá promover isolamento acústico do ambiente para não causar incomodo e vizinharia.

III - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Largo, 07 de junho de 1989.

LUIZ ANTONIO CHAGAS

Presidente

Dr. Afonso Portugal Guimarães

Prefeito Municipal

A pedido**Recuperação do Clube União****CLUBE UNIÃO CAMPOLARGUENSE**

Ltda., também aderiu aos associados que quitaram seus cartões de pagamento.

Total arrecadado com contribuições e pagamento de mensalidades antecipadas DESPESAS

Mão de obra referente do telhado	NCz\$ 2.650,00
Mão de obra feita	NCz\$ 757,48
Mão de obra de pintura interior	NCz\$ 350,00
Material de Pintura	NCz\$ 491,35
Mão de obra parte elétrica	NCz\$ 160,00
Material elétrico	NCz\$ 164,52
Ferramentas	NCz\$ 152,00
Total de Despesas	NCz\$ 4.675,35

Pedimos a compreensão da comunidade, já que os gastos com a reforma, comprometeram a estabilidade financeira do Clube, visto que o dinheiro utilizado, é proveniente de mensalidades antecipadas, que seriam utilizadas na manutenção e realizações de eventos na Sede Social do Clube.

Em breve reinício de atividades.

A DIRETORIA

Editais**CAPÍTULO I**
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Os concursos para provimento de cargos de servidores públicos municipais serão autorizados por ato próprio do Prefeito Municipal, salvo a existência de vagas e das necessidades da administração.

Art. 2º. Os concursos serão de provas escritas e subordinadas de provas práticas e provas de verificação de qualidades e aptidões.

Parágrafo Único. Nos concursos para provimento de cargos de nível universitário haverá também prova de títulos.

Art. 3º. O prazo de validade dos concursos é de 2 (dois) anos, a contar da publicação da homologação.

Parágrafo Único. Enquanto houver candidato apto para o cargo, o prazo de validade poderá ser prorrogado.

Art. 4º. A aprovação em concurso não cria direito à nomeação, mas esta quando se der, respetará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 5º. A assunção do candidato é efetuada em termos de identificação e nome, sob pena de invalidação.

Art. 6º. A assunção do candidato é efetuada mediante a apresentação de documento que comprove a identificação e nome.

Art. 7º. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 8º. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 9º. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 10. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 11. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 12. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 13. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 14. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 15. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 16. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 17. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 18. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 19. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 20. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 21. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 22. O candidato é considerado suspeito de fraude quando for constatada a existência de irregularidades no resultado do concurso.

Art. 23. O candidato será admitido à prestação de prova, o candidato que exibir, no dia, o certificado de identificação e nome, comprovando que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 24. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 25. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 26. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 27. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 28. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 29. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 30. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 31. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.

Art. 32. O candidato que não constar no resultado do concurso, poderá ser admitido à prestação de prova, caso constate que é o mesmo que consta no resultado do concurso.